

A BATALHA DO JENIPAPO NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Por Antônio Carlos de Andrade* e Zilneide O. Ferreira**

1 Introdução

O fato de D. Pedro I ter proclamado a independência do Brasil de Portugal, em 7 de setembro de 1822, não se consubstanciou na automática emancipação do País. Esse processo iniciou em 1808 (OLIVEIRA, 2008) e a Batalha do Jenipapo, em 1823, constitui-se importante evento para a consolidação da independência e manutenção da unidade territorial do Brasil, fato não incorporado pela historiografia oficial do País com o destaque que merece e ainda pouco estudado e não divulgado oficialmente pela historiografia (ADRIÃO NETO, 2006). No ensino fundamental e médio no Brasil, quase nada é citado sobre a contribuição da Batalha do Jenipapo nesse processo emancipatório. Os poucos que o fazem citam-no apenas perifericamente, sem lhe dar o devido destaque dentro da história brasileira. Ademais, se D. Pedro proclamou a independência no sudeste do País sem morte alguma, a conquista e a manutenção da mesma não ocorreram sem sangue na porção norte/nordeste do Brasil, mormente no Piauí.

A Batalha do Jenipapo foi uma sangrenta batalha (ADRIÃO NETO, 2006) que ocorreu às margens do Riacho Jenipapo, em 13 de março de 1823, na cidade de Campo Maior (PI), a 100 quilômetros de Teresina, capital piauiense. Foi “[...] um confronto entre partidários da independência brasileira e a resistência portuguesa, que procurava evitá-la [...] considerada fundamental no processo de independência e consolidação do território brasileiro” (BATISTA, 2009, s./p.).

O objetivo deste artigo, portanto, é descrever a Batalha do Jenipapo, cuja importância histórica se manifesta na sua contribuição para a consolidação da independência do Brasil de Portugal e para a manutenção da unidade territorial brasileira. Para tanto, além desta Introdução e da Conclusão, discutimos o fim do Brasil-Colônia, demonstramos que a Coroa portuguesa não estava disposta a perder todo o vasto território que conquistara por

mais de trezentos anos, discorremos sobre a adesão da Capitania do Piauí à independência do Brasil, demonstramos também que a Coroa portuguesa estava disposta a ir à guerra para manter o vasto território do norte/nordeste brasileiro e abordamos os momentos que estavam para anteceder o “inverno” da batalha; finalizando, demonstramos que, embora melhor preparadas, as tropas portuguesas foram ainda premiadas por um erro tático das tropas brasileiras.

2 O Fim do Brasil-Colônia

No final do século XVIII e até o século XIX, o Antigo Regime - caracterizado pelo absolutismo, mercantilismo, capitalismo comercial e sociedade estamental - entrou em crise devido às novas ideias liberais e ao capitalismo industrial. A Revolução Industrial na Inglaterra (1760-1850) pôs fim ao mercantilismo; a Revolução Francesa (1789-1799) iniciou a queda do absolutismo; e a Independência dos Estados Unidos da América (1776) revelou o resultado da oposição de interesses entre colônia e metrópole. No final do século XVIII, tiveram início as Guerras Napoleônicas (1799-1815), que geraram drásticas modificações nas fronteiras territoriais e puseram em xeque as relações de poder entre as nações. Em Portugal, no século seguinte, ocorreu a Revolução do Porto (1820). Todos esses acontecimentos enfraqueceram o sistema colonial, ou seja, os laços econômicos, políticos e ideológicos entre colônia e metrópole, como no caso brasileiro.

Os direitos que o Brasil havia conquistado após a vinda de D. João para o País, com a elevação da colônia à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves (em 1815), adquirindo as mesmas prerrogativas da Metrópole, vinham sendo contestados no país lusitano pelas Cortes Constituintes. Desde fins de 1810 já havia um descontentamento geral, por parte de Portugal, com o favorecimento dado à Inglaterra com o Tratado de Aliança e Comércio - consoante Oliveira

(2008), as tarifas alfandegárias para os produtos portugueses eram de 16%, enquanto que para os da Inglaterra, 24%. Com a derrota de Napoleão e o fim das guerras, D. João já poderia voltar para Portugal e, além do mais, o povo português reclamava a presença de seu monarca, pois, naquela época, o país estava sob o domínio inglês e em completa decadência. D. João não voltou.

Em 1820, surgiu um movimento liberal em Portugal, pelo qual a burguesia local reivindicava que o país retomasse seu *status* de potência comercial e defendia uma monarquia constitucional. Com a adesão de Lisboa ao movimento, o mesmo ganhou força e foi constituída uma Assembleia. A elite portuguesa pressionava os constituintes a rebaixarem novamente o Brasil à situação de colônia, e não era propósito dos portugueses perderem toda a sua posse com qualquer processo de separação, como ocorrera com o vasto império colonial espanhol.

Segundo Carvalho Júnior (2003, p. 14, grifo nosso), “[...] pretendia-se manter parte da área colonial que abrange o Piauí, Maranhão, Ceará e Pará”, cujo interesse “por essas áreas estava nas riquezas naturais e **gado piauiense**, que representava produto estratégico da colônia, abastecendo até províncias ao sul da colônia”. A Independência foi um processo violento em várias províncias, com lutas armadas. “No Piauí e no Maranhão, esse processo foi marcado por combates e lutas, intensificadas a partir de 1822, com prolongamentos até o final da década de 1830 e começo de 1840”.

Os fatos que antecederam a proclamação da independência tiveram início em dezembro de 1821, quando dois decretos da Corte de Lisboa chegaram ao Brasil: um, reduzindo novamente o País à condição de Colônia; outro, determinando que os governos das capitanias fossem entregues a uma Junta que deveria obedecer exclusivamente ao governo de Lisboa. Ainda naquele ano, em março, D. João VI retornou a Portugal com alguns membros da família real e seus súditos portugueses levando todo o dinheiro que estava depositado no Banco do Brasil (causa da falência deste) e tudo que restava do Erário Público. Com isso, D. Pedro ficou com uma nação completamente falida e mergulhada em um caos administrativo.

A partir do “Fico”, com a célebre frase proferida em 9 de janeiro de 1822, em resposta à exigência da corte de Lisboa ao retorno de D. Pedro a Portugal, o regente brasileiro posicionou-se a favor

da ruptura com Portugal e começou a tomar algumas medidas de precaução contra uma ofensiva portuguesa; uma delas foi a substituição dos comandantes das tropas nacionais (portuguesas) por generais brasileiros de sua total confiança. Mas as forças militares portuguesas no Norte e no Nordeste mantinham-se em suas posições, executando ordens diretas de Lisboa. Contudo, D. Pedro pôde bradar o seu “Independência ou Morte”, pois as tropas militares que estavam no sudeste do País eram-lhe fiéis. “Mais tarde, esse grito veio a repercutir de maneira sangrenta no Piauí” (CARVALHO JÚNIOR, 2003, p. 15).

3 A Reação Portuguesa contra a Perda da Colônia

O que queriam os portugueses? Manter uma parte do território brasileiro, mormente a sua porção em situação economicamente privilegiada: a então capitania de São José do Piauí, que, por sua extensão territorial, era geograficamente **estratégica**, comunicava-se por terra com Ceará, Bahia e Pernambuco - locais onde os movimentos libertários mostravam-se muito fortes - e ser grande abastecedora de carnes para aquelas províncias.

Assim, se a Coroa portuguesa conseguisse impor-se militarmente no Piauí, teria a possibilidade de cortar o fornecimento de carnes e ficar em posição privilegiada para atacar os movimentos separatistas por via terrestre. Com o intuito de ficar com aquele território, Portugal enviou para o Piauí, em 1821, além do major João José da Cunha Fidié (Governador das Armas), munições e armas, as quais foram desembarcadas ainda no ano anterior, em outubro, em São Luís (MA), demonstrando a preocupação que já havia em Portugal com a independência do Brasil.

A notícia da independência do Brasil chegou ao Piauí não mais do que um mês depois, em dia 30 de setembro (SILVA, 2009). Apesar da dificuldade de comunicação, o Piauí não estava totalmente isolado. A chegada de jornais excitando a população a rebelar-se contra os portugueses contribuiu para a ampla divulgação do evento em Parnaíba, Campo Maior e Oeiras (então sede da província do Piauí); além de correspondências oriundas de parentes e amigos vindas das demais províncias que já haviam aderido à causa da independência. Isso não passou despercebido ao major Fidié, que, segundo Carvalho Júnior (2003), logo pressionou a Junta de Governo da província para tomar as providências cabíveis no caso de

uma insurreição e transferiu para Campo Maior (PI), onde havia maior tendência separatista, as tropas sediadas na Vila do Marvão [atual Castelo do Piauí, a 100 km daquela].

4 O Piauí Adere à Independência

A adesão dos piauienses ao movimento libertário do jugo português começou com a recusa do Dr. João Cândido de executar a devassa em Campo Maior e, principalmente, em Parnaíba, indo de encontro às ordens oriundas da sede da província, enviando ofício às autoridades de Oeiras sobre os acontecimentos da vila, informando ainda que recebera a incumbência de realizar as eleições para a Constituinte do Brasil, missão essa que fora enviada pelo Príncipe Regente a “[...] algumas vilas da província piauiense, inclusive Oeiras. Apesar disso, somente Parnaíba atendeu ao ofício encaminhado, uma vez que a melhor, maior, mais rica e populosa parte do Brasil já se havia declarado independente” [em 19 de outubro de 1822]. O juiz João Cândido não via o porquê de o Piauí não aderir à causa, haja vista que isso significava estar “em ressonância ao princípio da Justiça e ao Direito conferido pela natureza humana, quando o dotou de liberdade” (CARVALHO JÚNIOR, 2003, p. 17).

Parece que as autoridades de Oeiras leram o ofício nas linhas e nas entrelinhas, pois, rapidamente, resolveram enviar o major Fidié para a vila insurreta. Em Parnaíba, foi enviado um abaixo-assinado à Câmara solicitando que se desse curso à ordem de D. Pedro, pois na vila era grande o clamor em prol do Príncipe Regente e da independência do Brasil.

5 A Tática Portuguesa para Manter Parte de sua Ex-colônia

Se, por um lado, a Coroa portuguesa já dava como perdida a porção do País que ia do Ceará ao Sul, o mesmo não era verdade para as províncias do norte, principalmente a do Piauí, pelos motivos já citados, e foi por isso que o major Fidié iniciou sua marcha para Parnaíba, mas não sem antes passar por Campo Maior, outro centro de insurretos. Era novembro, em pleno fim do verão nordestino¹. Foram onze dias de marcha até a chegada à vila, em 24 de novembro de 1822. As tropas permaneceram em Campo Maior até os primeiros dias de dezembro. Ao ser informado de que o major Higinio não lograra êxito na sua empreitada para prender o Dr. João Cândido, Fidié partiu para Parnaíba, depois de passar treze dias

com suas tropas acampadas naquela vila, deixando a mesma sob o comando do tenente-coronel João da Cunha Rebelo e com uma tropa com cerca de 200 soldados e armas de artilharia. Porém, ainda nos arredores de Campo Maior, na Vila dos Carnaubais, Fidié recebeu ajuda vinda de Caxias (MA), por parte do governador do Maranhão, e do comandante da Capela de Barras (PI) - o que reforçou seu poderio. Logo depois, em 8 de dezembro, iniciou a longa marcha até Parnaíba.

O objetivo de Fidié era restabelecer o império português na vila e prender os rebeldes de Parnaíba. Porém, estes, ao saberem da aproximação de Fidié, fugiram para o Ceará, buscando refúgio, pois Fidié dispunha de um exército com cerca de seis mil homens, sem contar o apoio dos navios e barcos que se encontravam no pequeno litoral parnaibano e que não hesitariam intervir, caso fosse necessário. Fidié chegou em Parnaíba no dia 18 de dezembro e não encontrou resistência; foi recebido com vivas e fogos de artifício, missas e festas. Antes de qualquer ato, o major impôs à guarda da vila e à Câmara que renovassem seu juramento de honra e fidelidade a D. João VI. Já no dia seguinte, determinou que o “Regimento de Cavalaria que se encontrava em Parnaíba fosse enviado à Oeiras”, uma vez que não confiava no mesmo, pois acreditava ser simpatizante da causa separatista (CARVALHO JÚNIOR, 2003, p. 18).

Após sua estada em Parnaíba, Fidié colocou-se em marcha novamente; desta vez de volta para Oeiras, onde novos fatos precipitaram-se. Vindos de Jacobina (BA), chegaram a “Oeiras uma portaria com proclamações do governo do Rio e um ofício do General Labatut o qual noticiava o grito do Ipiranga e convidava os piauienses a aderirem à Independência plena do Brasil”. Também foi informado às autoridades de Oeiras que o Príncipe Regente comandava um “grande exército pretendendo tomar Salvador e que chegava a hora dos piauienses sacudirem os brios lusitanos, pois logo após a queda de Salvador marchariam sobre o Piauí para ajudar” (CARVALHO JÚNIOR, 2003, p. 18). A resposta das autoridades de Oeiras foi que se mantinham fiéis ao governo de Lisboa. Entretanto, essa tomada de posição da Junta do Piauí deixou-a com bastante receio das represálias que poderiam advir da fidelidade a Lisboa, daí solicitar-se o retorno de Fidié à capital com urgência, pois a mesma estava exposta à hoste dos separatistas. E estavam cobertos de razão,

pois no dia 23 de janeiro de 1823, sob o comando do brigadeiro Manoel de Sousa Martins, que, em sua casa, urdira toda a conspiração; e seus parceiros se armaram “do arsenal surrupiado aos poucos dos armazéns nacionais” (CARVALHO JÚNIOR, 2003, p. 18).

Carvalho Júnior (2003) acredita que Fidié cometera um grave erro ao despachar para Oeiras o Regimento de Cavalaria que estava sediado em Parnaíba, cujos soldados tinham simpatia pela causa da independência. Como não houve resistência por parte dos militares ao movimento separatista comandado pelo brigadeiro Manoel de Sousa Martins, cremos que o autor está coberto de razão em sua suposição. Na manhã seguinte ao dia da insurreição em Oeiras, o senador da Câmara tornou pública a proclamação da independência. Como alguns membros da Junta de Governo já haviam fugido e o povo era a favor da separação, não houve reação contrária. Essa notícia só chegaria à Fidié em 28 de fevereiro, isto é, trinta e cinco dias depois.

A Fidié não restava outra opção a não ser retornar à capital da Província e tentar sufocar o movimento dos insurretos, como fizera em Parnaíba. Agora com um exército de mil e cem homens, muito bem armados, dispondo de onze peças de artilharia. Ademais, sua tropa receberia ainda contingentes do brigue infante D. Miguel e também da guarnição de Carnaubearas, no Maranhão.

Convém advertir ao leitor menos atento que, até àquela data, de acordo com Carvalho Júnior (2003), somente o Piauí, o Maranhão e o Pará não tinham aderido à causa de independência do Brasil, embora o Piauí já tivesse tentando, em 19 de outubro de 1922, em Parnaíba (movimento sufocado por Fidié). Um dos insurretos da vila da Parnaíba, que havia fugido com a aproximação das tropas de Fidié para a província do Ceará, era Leonardo Carvalho Castelo Branco, que retornara ao Piauí, vindo de Sobral (CE), comandando uma tropa [não de soldados, mas de patriotas voluntários] de piauienses e cearenses. Eram cerca de 600 bravos e destemidos homens que, sob seu comando, entraram na vila de Piracuruca, em 22 de janeiro de 1923, surpreendendo a polícia local e prendendo-a. A distância de Piracuruca à Parnaíba é quase a mesma que para Campo Maior, cerca de 20 léguas, por isso que a notícia logo chegou a ambas as cidades.

Leonardo rumou para a vila de Campo Maior, na

qual ficara o regimento deixado por Fidié, quando de sua marcha para Parnaíba vindo de Oeiras. Muitos soldados, ao tomarem ciência de que Leonardo marchava para a vila com sua tropa de 600 homens, desertaram; aqueles que se mantinham fiéis a Lisboa fugiram de Campo Maior levando seus armamentos. A entrada de Leonardo e de seus seguidores foi triunfal e não precisaram dar um tiro sequer. No dia 5 de fevereiro de 1823 foi feita, conforme Carvalho Júnior (2003, p. 20), “[...] a aclamação de Dom Pedro de Alcântara Imperador do Brasil [...]”. Leonardo efetuou algumas prisões para desestimular qualquer reação e oficiou a Caxias (Maranhão) o movimento pedindo adesão, mas não esperou a resposta, retirando-se para a fazenda Melancias.

Retornando sua marcha em busca dos insurretos da capital, Fidié passou por Piracuruca, cuja independência havia sido declarada em 22 de janeiro, por Leonardo. A cidade estava deserta e, portanto, não ofereceu nenhuma resistência. Antes havia acontecido uma refrega na Lagoa do Jacaré entre os independentes piauienses e o exército português. Houve perdas de vidas para ambos os lados e isso deixou Fidié mais cauteloso em suas ações. Seguiu em frente, rumo a Oeiras, mas não sem antes acertar as contas com os separatistas de Campo Maior.

6 Fidié Ruma para Campo Maior, Palco da Batalha do Jenipapo

A notícia da aproximação de Fidié e de seu exército mobilizou a vila de Campo Maior. A ideia era barrá-los e impedi-los de seguir marcha até Oeiras. E o que fez Oeiras, que se rebelara também, tendo inclusive o brigadeiro Manoel de Sousa Martins assumido a Junta de Governo? Contribuiu “com o pouco equipamento que dispunha”, à solicitação de reforços do capitão cearense Luís Rodrigues Chaves, que, ao entrar em Campo Maior, em 12 de fevereiro, “abriu o voluntariado e colocou em prontidão as milícias das vilas do centro da província”, ao invés de enviar as tropas para Campo Maior e Piracuruca. A preocupação maior da sede da província era proteger os portos da margem do rio Parnaíba, onde nunca havia tido confrontos com o exército português, esquecendo-se de Fidié - o que foi um erro tático, pois “concedeu tempo suficiente para o mesmo disciplinar e armar suas tropas com o apoio do Maranhão” (CARVALHO JÚNIOR, 2003, p. 20).

Os fatos doravante narrados referem-se aos momentos decisivos que marcaram para sempre a história do Piauí. Na noite de 12 de março de 1823 (véspera do confronto), os homens da vila e do entorno foram arregimentados. Havia uma espécie de voluntarismo entre os habitantes. “Todos queriam lutar para livrar o Piauí do domínio português. As mulheres estimularam os seus maridos, parentes e amigos, arrumaram o que puderam, venderam suas jóias; todos estavam empenhados a se unirem em só ideal: lutar” (RIBEIRO, 2009, s./p.).

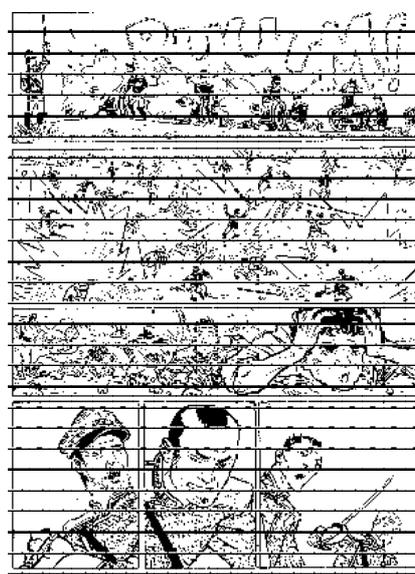
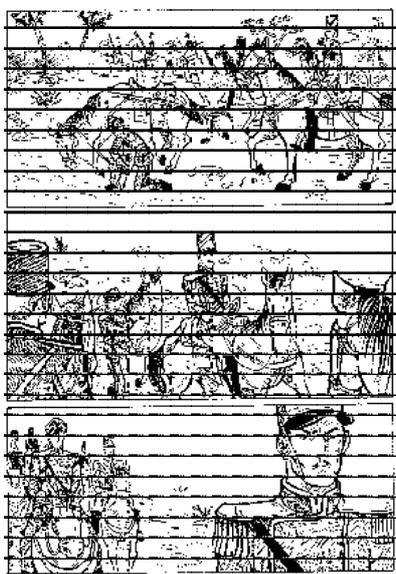
Carvalho Júnior (2003, p. 21, grifo nosso) assevera que, até então, o capitão Luís Rodrigues se achava abandonado, tanto pela nova Junta do governo da capitania do Piauí como pela do Ceará. Entretanto, ele não se abateu e buscou ajuda junto à população da vila de Campo Maior; e foi com ele que puderam contar. Ele conseguiu arregimentar e - o que foi mais importante nessa altura dos acontecimentos - entusiasmar cerca de mil homens de todas as classes sociais. “Civis armados de facões, de ferrões, machados e foices, que somados aos quinhentos cearenses que já se encontravam na vila, impuseram **mudanças no traçado da história**”. Ainda chegaram à vila mais alguns cearenses, os soldados do tenente João Costa Alecrim, que se encontravam no Estanhado fazendo recrutamento, e os oitenta homens do Alferes Salvador Cardoso de Oliveira, que só chegariam na madrugada do dia 13 de março.

A tropa que se formou para deter a marcha de

Fidié e seu exército - que rumava célere em direção à capital da Província e que, àquela altura, já havia declarado que os piauienses eram inimigos de Portugal - não passava de dois mil homens; a maioria sem treinamento militar, sem armamento adequado, sem fardas, munidos apenas com duas coisas: patriotismo e muito entusiasmo. Era pouco.

Quando amanheceu o dia 13, dia fatídico para a história do Piauí, a tropa se reuniu em frente à igreja de São Antonio e, ante a notícia de que Fidié e seu exército já se encontravam em terras campomaiorenses, em uma fazenda próxima à vila, foi dada a ordem de marchar rumo ao Riacho Jenipapo, local onde se pretendia deter a marcha de Fidié.

Geralmente, em períodos normais de chuvas, a região onde se pretendia barrar a marcha de Fidié se encontraria alagada, pois, em meados de março, o “inverno” estaria no seu auge, uma vez que se trata de uma grande várzea, plana e aberta, cuja cobertura vegetal que mais se vê é um imenso capinzal nativo e um grande carnaubal. Aquele era mais um ano de “inverno” irregular no Sertão, havia chovido pouco, por isso o riacho estava quase sem água, sendo, portanto, o seu leito, uma trincheira natural (ANDRADE, 2009), no qual grande parte dos patriotas puderam se ocultar, enquanto o restante se escondia no mato, à espera do exército português, o qual não tinha outro caminho para passar se não por ali.



Fonte: Quadrinhos extraídos da obra *Foices&Facões*, de Bernardo Aurélio e Caio Oliveira.

Veja, a seguir, um quadro-resumo da situação dos combatentes da Batalha do Jenipapo:

Descrição	Exército português	Tropa de patriotas brasileiros
Comandante	Major João José da Cunha Fidié	Capitão Luiz Rodrigues Chaves
Composição	Militares portugueses e brasileiros recrutados	Trabalhadores das fazendas, lavradores, vaqueiros, população mestiça, cabocla e mulata, soldados cearenses e maranhenses
Características	Linhas bem armadas e municadas, inclusive com peças de artilharias (canhões)	Agrupamentos sem preparo algum e treinamento militar; armados com espingardas velhas, espadas, chuços, machados, foices, dentre outros aparelhos utilizados nas fazendas
Quantidade de combatentes	1.600 soldados	Aproximadamente 500 soldados cearenses e de 1.300 a 1.400 piauienses e maranhenses

Quadro 1 - Resumo da composição dos combatentes da Batalha do Jenipapo
Fonte: Elaborado com base na Tabela 24, de Carvalho Júnior (2003, p. 85).

7 A Batalha do Jenipapo, uma Guerra Desigual

Resumindo, a estrada que vinha do norte era bifurcada. Os patriotas não podiam saber se Fidié viria pela direita ou esquerda. Fidié, estrategicamente, também sem saber que os aguardavam, dividiu sua tropa pelos dois lados da estrada, sendo que ele foi pela esquerda e a cavalaria portuguesa pela direita.

Quando o pelotão que explorava a direita distanciara-se da tropa, chocou-se com cearenses que faziam patrulhamento. A patrulha ao avistar o pelotão disparou contra os portugueses e os mesmos revidaram, mas resistiram pouco e recuaram. Os patriotas que guardavam o rio, ao ouvirem tiroteio não atenderam mais a nenhum comando, abandonaram suas posições na intenção de combater os portugueses. Fidié, veterano de guerra, ficou sabendo do ocorrido e rapidamente passou suas tropas para o outro lado do rio, distribuindo linhas de atiradores para recepcionar os independentes (CARVALHO JÚNIOR, 2003, p. 22-23).

A situação estava se complicando para o lado dos patriotas. A falta de treinamento militar dos mesmos fez com que agissem pelo instinto, deixando sua posição estratégica. Tivessem tido tal treinamento, talvez não se movessem de sua posição vantajosa, uma vez que de onde estavam poderiam ver toda a movimentação do inimigo e ainda contariam com a proteção da trincheira natural. A debandada geral logo após os tiros do enfrentamento da patrulha contra os portugueses começou a colocar tudo a perder; se é que a tropa dos patriotas pudesse ter alguma chance de vitória. “O comando patriota consciente dos fatos percebera que a batalha estaria perdida se não conseguisse reorganizar as tropas com objetivo de avançar sobre os portugueses em todas as direções, fracionando o combate num corpo a corpo violento e rápido” (CARVALHO JÚNIOR, p. 23).

O combate teve início às 9 horas da manhã do dia 13 de março de 1823. Os combates duraram cerca de cinco horas; com certeza, em um dia claro sem nuvens de chuvas que pudessem amenizar o clima; também devia fazer muito calor por conta disso. Deu-se por terminada a Batalha, com a retirada dos combatentes de ambos os lados. Estavam todos esgotados. O saldo da Batalha foi de “542 prisioneiros, 200 mortos e feridos”. O major Fidié, cuja perda estimada foi de 116 mortos e 60 feridos, “estacionou na fazenda Tombador, à cerca de um quilômetro de Campo Maior. Fidié e seu exército caíam de cansaço. O sol escaldante e o medo da valentia dos piauienses não permitiram que as tropas portuguesas os perseguissem, mesmo sabendo que já tinham derrotado a eles” (RIBEIRO, 2009, s./p.).

A vitória, portanto, coube, diferentemente do que poderiam imaginar os sonhadores patriotas, a “Golias”. Entretanto, ele, Fidié, começou a se preocupar com o seu destino e de seus comandados, haja vista que, se a meio caminho de Oeiras tinha se deparado com tamanha ferocidade por parte dos insurretos, não sabia o que poderia encontrar na capital da província.

Os fatos que se sucederam à Batalha do Jenipapo foram terríveis; houve um enorme pavor na vila dos carnaubais com a notícia da aproximação de Fidié e o resultado foi uma revolta da população, cujo saldo foi a morte de muitos europeus que lá se encontravam (CARVALHO JÚNIOR, 2003). Refeitos do cansaço da Batalha, Fidié e seus homens, em 16 de março, rumaram para a região do Estanhado

[atual cidade de União], de onde atravessaram o Rio Parnaíba marchando para Caxias (MA), onde esperavam se aquartelar, uma vez que as perdas impostas pelos patriotas brasileiros os impediam de seguir para a Oeiras. O fim do episódio da Batalha do Jenipapo para Fidié pode ser assim descrito (RIBEIRO, 2009, s./p.):

Meses depois Fidié foi preso em Caxias, no Maranhão, de lá levado para Oeiras de onde foi mandado para o Rio de Janeiro. Do Rio ele foi mandado de volta para Portugal, onde foi recebido com honras militares pelos serviços prestados à Coroa Portuguesa. Entre os títulos recebeu o de comendador da Ordem de Avis, a mais antiga condecoração militar portuguesa, fundada por Afonso Henriques em 1162. Só recebia essa comenda o soldado que demonstrasse extrema valentia, ousadia e coragem. No local onde houve a Batalha foi erguido um Monumento em memória aos piauienses que ali morreram pela independência de nosso país. Situado à margem esquerda do rio é, na verdade, um grande atrativo turístico e no local também se encontra uma parte do acervo bélico usado pelos combatentes. Essas peças pertenciam ao antigo Museu do Couro que pra lá foi transferido.

8 Conclusão

A independência do Brasil, na realidade, foi um processo iniciado, quiçá inconscientemente, desde quando D. João aportou em terras brasileiras, em 1808, com a abertura dos portos. O tratado de Aliança e Comércio, em 1810, a elevação do Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1815, a Revolução do Porto, em 1820 e os movimentos favoráveis à independência no Brasil contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento desse processo.

A ideia da Coroa portuguesa de manter para si, pelo menos, a porção norte do País não vingou. No entanto, se D. Pedro proclamou a independência no sudeste do País sem nenhuma morte, a conquista da mesma e a manutenção da unidade territorial no Brasil não foi sem sangue na porção norte/nordeste do País, principalmente no Piauí. Como demonstrado, a Batalha do Jenipapo, com certeza, foi importante marco no processo de independência brasileiro.

Destarte, espera-se, com este artigo, contribuir para despertar o interesse dos que buscam o conhecimento da formação histórica do nosso país, desenvolvendo trabalhos na academia aprofundando estudos sobre uma história tão conhecida dos piauienses, registrada nos quadros do Monumento aos Heróis do Jenipapo, construído no local onde ocorreu esta batalha, mas ainda pouco estudada e divulgada ●

Referências

- ADRIÃO NETO. *A epopéia do Jenipapo*. 2. ed. rev., ampl. e melhorada. Teresina: Geração 70, 2006.
- ANDRADE, A. C. *Economia Brasileira*. Teresina: UAPI, 2009.
- BATISTA, R. *Batalha do Jenipapo*. História Brasileira, 19 dez. 2009 [online]. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-imperio/batalha-do-jenipapo/>>. Acesso em: 23 dez. 2009. Não paginado.
- CARVALHO JÚNIOR, A. A. de. *Batalha do Jenipapo: uma modelagem em realidade virtual*. 2003. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação). Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20031003141308.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2009.
- OLIVEIRA, H. M. de. *A independência do Brasil*. Rede da Memória Brasileira. Biblioteca Nacional Virtual. Copyright 2008. Disponível em: <<http://catalogos.bn.br/redememoria/indbras.html>>. Acesso em: 13 nov. 2009.
- RIBEIRO, C. L. *A Batalha do Jenipapo*. Portal CEN. Disponível em: <http://www.caestamosnos.org/Pesquisas_Carlos_Leite_Ribeiro_Batalha_de_Jenipapo.html>. Acesso em: 23 nov. 2009. Não paginado.
- SILVA, A. C. *Um pé lá, outro cá*. Revista de História da Biblioteca Nacional, v. 48, set. 2009 [online]. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2617>>. Acesso em: 23 nov. 2009. Não paginado.

***Professor Adjunto IV do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, especialista em Administração pelo IET-Minas, doutor em História Econômica/USP.**
****Economista e Mestra em Ciência Política/UFPI.**